

Questão Discursiva 03781

Entendendo conveniente para o Município a desoneração tributária de determinado setor de serviços, um vereador apresentou à Câmara Municipal projeto de lei com o objetivo de conceder isenção fiscal de ISS. O referido projeto foi aprovado e convertido em lei sem o estudo prévio sobre a estimativa do impacto orçamentário-financeiro relativo ao exercício em que passou a vigor e aos dois seguintes.

Seis meses depois, novo Prefeito encaminha consulta à Procuradoria Geral do Município, indagando sobre a constitucionalidade da referida lei e os efeitos jurídicos que adviriam de sua eventual revogação.

Responda à consulta, abordando necessariamente os aspectos a seguir.

1. A possibilidade ou não de concessão de benefício fiscal por lei municipal de iniciativa parlamentar.
2. As consequências jurídicas da não elaboração, pelo legislativo municipal, do estudo prévio do impacto orçamentário-financeiro acima aludido.
3. A análise da aplicação do princípio da anterioridade em caso de eventual revogação da lei de isenção.